



**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

**Avaliação,
Políticas
e Expansão
da Educação
Brasileira 6**

Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 6 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 6) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-463-4 DOI 10.22533/at.ed.634191007 1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A BRINCADEIRA DE FAZ DE CONTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES DE AÇÕES	
Adriane Sanae Matuo Tacahashi Heloisa Toshie Irie Saito	
DOI 10.22533/at.ed.6341910071	
CAPÍTULO 2	10
A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DA CRIANÇA	
Edjôfre Coelho de Oliveira Claudiana Sousa Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6341910072	
CAPÍTULO 3	25
A INTERVENÇÃO MUSICAL COM BEBÊS EM RISCO PSÍQUICO	
Aruna Noal Correa Ana Paula Ramos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6341910073	
CAPÍTULO 4	36
A PRÉ-ESCOLA E A EMENDA 59/09 NO MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS	
Mariane Vieira Gonçalves Ana Cláudia Von Wurmb da Silva Vera Dausacker	
DOI 10.22533/at.ed.6341910074	
CAPÍTULO 5	49
BEBÊS EM BERÇÁRIO: EXPLORAÇÃO SONORO-MUSICAL COTIDIANA	
Aruna Noal Correa Cláudia Ribeiro Bellochio	
DOI 10.22533/at.ed.6341910075	
CAPÍTULO 6	59
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO (NO) CORPO – A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA MOTRICIDADE NA INFÂNCIA	
Deborah Kramer	
DOI 10.22533/at.ed.6341910076	
CAPÍTULO 7	67
COSTURINHAS: ALINHAVANDO AUTORIAS	
Marcelo Magalhães Foohs Ester Julice dos Santos Bastos	
DOI 10.22533/at.ed.6341910077	

CAPÍTULO 8	75
ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: UM ESTUDO SOBRE A OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB	
Naara Queiroz de Melo Melânia Mendonça Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.6341910078	
CAPÍTULO 9	79
EXPERIÊNCIAS NARRADAS CORPORALMENTE E AS BRINCADEIRAS DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luciana Silvia Evangelista Mônica Caldas Ehrenberg	
DOI 10.22533/at.ed.6341910079	
CAPÍTULO 10	95
FIGUEIREDO PIMENTEL: DO NATURALISMO À BIBLIOTHECA INFANTIL	
Soyane da Silva Santos Janahina de Oliveira Batista	
DOI 10.22533/at.ed.63419100710	
CAPÍTULO 11	105
FILOSOFIA E INFÂNCIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE FILOSOFIA PARA CRIANÇAS	
Williams Nunes da Cunha Junior Dariely Lays Monteiro de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.63419100711	
CAPÍTULO 12	115
MUSICALIZAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: CRIANÇAS PEQUENINHAS E SUAS EXPLORAÇÕES MUSICAIS	
Maria Cristina Albino Galera Marta Regina Paulo da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63419100712	
CAPÍTULO 13	131
O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO, O PNAIC E A NOVA VERSÃO DA BNCC: ENTRE TENSÕES E DESAFIOS	
Claudia de Souza Lino Claudia de Oliveira Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.63419100713	
CAPÍTULO 14	144
POLÍTICA DE “UNIVERSALIZAÇÃO” DA PRÉ-ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB (2014-2016)	
Kilma Wayne Silva de Sousa Melânia Mendonça Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.63419100714	

CAPÍTULO 15	157
POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA PESQUISA EM DUAS EMEIS DE SANTA MARIA - RS	
Andressa Wiedenhof Marafiga Jucilene Hundertmarck Taciana Camera Segat	
DOI 10.22533/at.ed.63419100715	
CAPÍTULO 16	169
SER CRIANÇA, SER BRINCANTE: REFLEXÕES SOBRE O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Michaelly Calixto dos Santos Priscila Gomes dos Santos Sayarah Carol Mesquita dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.63419100716	
CAPÍTULO 17	179
SOBRE DIVERTIR, EDUCAR E INSTRUIR AS CRIANÇAS: O CASO DA REVISTA <i>VIDA INFANTIL</i> (1947-1951)	
Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.63419100717	
CAPÍTULO 18	193
O EFEITO DAS SESSÕES DE EDUCAÇÃO PARENTAL SOBRE AS PRÁTICAS DOS PAIS/ CUIDADORES RESIDENTES NO DISTRITO DE MATUTUÍNE, PROVÍNCIA DE MAPUTO, TAL COMO PERCEBIDO PELAS PARTICIPANTES E FACILITADORAS	
Lucena Albino Muianga	
DOI 10.22533/at.ed.63419100718	
CAPÍTULO 19	208
“ <i>CRIANÇA NÃO TRABALHA, CRIANÇA DÁ TRABALHO</i> ”: DO CANTO AO DESENCANTO DOS DIREITOS INFANTIS SOB OLHARES DA EDUCAÇÃO FÍSICA	
Maria Cristina Silva Torres Soares Claine Gonçalves Nery	
DOI 10.22533/at.ed.63419100719	
CAPÍTULO 20	217
A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: DO ONÍRICO AO REAL – POSSIBILIDADES	
Enéas Machado Sandra Regina Trindade de Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63419100720	
CAPÍTULO 21	225
CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA REFLEXÃO DO PAPEL DO PROFESSOR: EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Deine Queiroz da Conceição Marcela Silva Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.63419100721	
CAPÍTULO 22	229
CURRÍCULO INTEGRADO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES NO PROEJA	
Gilvana Mendes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.63419100722	

CAPÍTULO 23	242
EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA PROPOSTA DO PROJovem URBANO: EMBATES E DESAFIOS	
Marcos Torres Carneiro Maria Aparecida de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.63419100723	
CAPÍTULO 24	247
MARCOS CONCEITUAIS E LEGAIS E OS DILEMAS ENFRENTADOS PELA JUVENTUDE EM BUSCA DE TRABALHO E EDUCAÇÃO	
Yossonale Viana Alves Márcio Adriano de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.63419100724	
CAPÍTULO 25	262
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NO RIO GRANDE DO NORTE: ALGUMAS REFLEXÕES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva Maria Aparecida dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.63419100725	
CAPÍTULO 26	275
CENÁRIOS DO CONTEXTO EDUCACIONAL: GÊNERO, INFÂNCIA E (IN) DISCIPLINA	
Franciéli Artl Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.63419100726	
CAPÍTULO 27	286
DIVERSIDADE DE PÚBLICO E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Maria Aparecida dos Santos Do Nascimento Sílvia da Aparecida Cavalheiro	
DOI 10.22533/at.ed.63419100727	
CAPÍTULO 28	302
PROBLEMATIZANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE AS CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS	
Kátia Batista Martins Adriana Cristina de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.63419100728	
CAPÍTULO 29	319
UM MODELO DIDÁTICO DO GÊNERO CURIOSIDADE CIENTÍFICA PARA O 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Flávia Simões de Moura Luzia Bueno	
DOI 10.22533/at.ed.63419100729	
SOBRE O ORGANIZADOR	331

A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: DO ONÍRICO AO REAL – POSSIBILIDADES

Enéas Machado

UNISANTOS – Santos/SP

Sandra Regina Trindade de Freitas Silva

UNISANTOS – Santos/SP

Emancipação.

INTRODUÇÃO

RESUMO: Educação ao longo da vida como o penhor de acesso a todos às ofertas de educação e de formação, em uma grande variedade dos contextos de aprendizagem (COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 2000, p. 3) atravessa as metas 8, 9 e 10 da Lei Federal nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014) para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. A presente incursão revisita a EJA, na perspectiva de cotejar a implementação de políticas que corroborem a Educação ao Longo da Vida. Tem a intenção de propalar denúncias e possíveis anúncios que desnovelem a referida política concorrendo para que esta deixe de figurar apenas dos discursos políticos (BALL, 2002) e dos documentos oficiais para tomar corpo numa práxis real e inclusiva. A partir da pesquisa qualitativa foi utilizada a análise documental para dar conta dos dados recolhidos em fontes primárias e secundárias (GODOY, 1995). Afinal, educação é a blindagem necessária contra os processos de alienação e alijamento rumo à emancipação e autonomia dos sujeitos (FREIRE, 1981, 2000).

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Educação ao Longo da Vida. Alienação.

Destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria, a Educação de Jovens e Adultos – EJA envidada no Brasil precisa ser impulsionada, no sentido de fomentar políticas voltadas para este público, pois a superação do analfabetismo ainda é realidade distante, se considerarmos o número de analfabetos existentes. Diante dessas questões, este estudo tem por objetivo perscrutar a implementação de políticas públicas na EJA que corroborem a Educação ao Longo da Vida. Faremos algumas interlocuções com o passado até os dias de hoje e distinguiremos as relações de poder estabelecidas. Foi utilizada nesta pesquisa, a análise documental (GODOY, 1995) à luz dos pressupostos teóricos de Ball (2012) e Freire (1981, 2000). A culminância aponta para as denúncias referentes à desmantelamento entre o discurso político, o texto oficial e a sua implementação, porém anuncia os espaços possíveis de mudança (ABDALLA; VILLAS BOAS, 2018).

EJA – DA COLÔNIA AO SÉCULO XXI: NUANCES

No período colonial, no Brasil, a educação dos índios pela catequização objetivava a alfabetização dos adultos para que estes servissem à igreja e ao trabalho (CUNHA, 1999). A educação básica de adultos começou a conquistar seu espaço na história da educação no Brasil na década de 30. A tendência técnico-profissional passou a gravitar o cenário educacional como forma de preparação para o comércio e indústria. Nos anos 40 a educação de adultos consolidou-se enquanto política nacional. O Plano Nacional de Educação, previsto na Constituição de 34 (BRASIL, 1934), propunha agregar o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória, sendo extensivo aos adultos. Pela primeira vez a educação de jovens e adultos era reconhecida e tratada de maneira formal. As Leis Orgânicas que corroboraram o Ensino Técnico-Profissional foram implementadas a partir de 1942. Assim, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, que mais tarde foi alcunhado de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Em 1946, o governo criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Sua estrutura era a mesma do SENAI, a diferença era que o SENAC tratava do comércio, e era dirigido e organizado pela Confederação Nacional do Comércio. O grande hiato da Reforma articulada por Gustavo Capanema foi que esta prosseguiu com o alijamento das camadas populares do Ensino Superior restando a estas as Escolas Primárias e de Ensino Profissional. O SENAI e o SENAC consolidaram-se como escolas das camadas populares e o Ensino Secundário e Superior continuaram a ser para os privilegiados. No governo militar, o expressivo analfabetismo da população adulta era uma humilhação nacional, fator que impediu o desenvolvimento socioeconômico do país. Foi criado, então, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, que firmava convênio com os Estados, Municípios e Entidades Privadas. O MOBRAL se estendeu por todo o território nacional, variando suas ações entre o Programa de Alfabetização e o Programa de Educação Total, que correspondia ao encurtamento do antigo Ensino Primário, uma vez que este programa abria oportunidade para o jovem continuar os estudos independentemente da amplitude do domínio da leitura e escrita. A Lei Federal nº 4.024/1961 (BRASIL, 1961) tratou das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foi elaborada sem qualquer preocupação com o Ensino Básico. Infelizmente a LDB, inócua e minimalista, apesar dos seus 120 artigos, não tratou da EJA, sendo a modalidade excluída da pauta. A Lei Federal nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971) foi o segundo documento sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Fixava as Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus (atual Ensino Fundamental) e propunha alterações no sentido de conter os aspectos liberais constantes na lei anterior, referendando um ensino tecnicista para se render ao regime vigente voltado para a ideologia do Nacionalismo Desenvolvimentista. Trouxe verdadeiros massacres pedagógicos como o avanço progressivo na repressão dos movimentos contra a ditadura militar dentro do âmbito escolar. Atribuiu um capítulo para o Ensino Supletivo e recomendou aos Estados atenderem os jovens e adultos.

O Ensino Supletivo tinha por mote suprir a escolarização regular, proporcionando: aperfeiçoamento ou atualização, desde a iniciação de ler, escrever, contar e a formação profissional; duração e regime de acordo com a necessidade do aluno; ministrados em sala de aulas, utilização de rádio, televisão, correspondência e outros; conclusão do ensino de 1º grau para os maiores de 18 anos e 2º grau para os maiores de 21 anos. Perpassava os Cursos de Aprendizagem como complementação da escolarização regular para os alunos de 14 a 18 anos em nível de 1º grau e cursos intensivos de qualificação profissional em nível de 2º grau. No que diz respeito ao Ensino Supletivo, este surgiu no cenário pedagógico brasileiro com soluções para ajustar, a cada instante, a realidade escolar às mudanças que se operavam no país e no mundo. A Lei Federal nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) foi o terceiro documento sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com a derrocada do Regime Militar e o modelo econômico já em processo de transformação, emergiu a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e dela engendrou a necessidade de se discutir os desdobramentos da educação no Brasil. Na LDB, a EJA passa por reconfigurações às novas exigências sociais. Das alterações propaladas, merecem destaque: redução da idade mínima (15 anos para o Ensino Fundamental e 18 para o Ensino Médio), suprimindo as referências ao Ensino Profissionalizante atrelado à EJA, engendrando um capítulo único para esta modalidade, defendendo o uso de didática apropriada às características discentes, condições de vida e trabalho e incentivando a aplicação de projetos especiais que proporcionem o alcance dos objetivos estabelecidos. Neste percurso histórico, chegamos ao ano de 2016, onde o Brasil sediou a Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA (BRASIL, 2016) que ocorreu em Brasília, no período de 25 a 27 de abril de 2016. Defendeu o estado de direito e reivindicou a garantia da continuidade das políticas sociais na perspectiva da manutenção da ordem democrática tendo como escopo:

- promover a educação de adultos como política pública no mundo;
- contribuir para a construção da política brasileira de Educação ao Longo da Vida com mobilização social, participação popular e interlocução federativa;
- promover o intercâmbio técnico entre o Brasil e os países signatários na formalização da Educação ao Longo da Vida;
- reverberar os estudos do documento Marco de Ação (MEC, 2009) – este desdobra-se em eixos que voltam-se para a alfabetização de adultos, políticas, governança, financiamento, participação, inclusão e equidade, qualidade e acompanhamento – no Brasil e nos países signatários (BRASIL, 2016).

Fica claro o movimento planetário em ressignificar tempos e espaços de aprendizagens numa perspectiva da Educação ao Longo da Vida àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria.

DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS

O ciclo de políticas (BALL, 2002) é o aporte que permite o cotejamento crítico da trajetória das políticas educacionais desde a sua incipiência até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos. Nesta esteira Ball (2002) depreende que o processo político é contínuo e constituído por três facetas: a política proposta, a política de fato e a política em uso. Ball (2002) propala que a instauração do currículo necessário decorre das consonâncias políticas entre o texto, o discurso e a atuação, ou seja, a implementação da política no âmbito da educação, esvaziada de dissonâncias que imiscuem-se nos processos de mudanças. Trazemos à trama os conceitos freireanos (FREIRE, 1981, 2000; LIMA, 2016) que nos ajudam a pensar sobre políticas que validam a EJA em direção à Educação ao Longo da Vida: a dialogicidade, a ação-reflexão e a conscientização. A dialogicidade diz respeito à pronúncia, palavras que provocam mudanças no mundo. À guisa de Lima (2016) depreendemos que a existência humana não pode ser silenciosa, esta pela dialogicidade, produz a problematização do mundo, implicando em novas pronúncias, numa relação dialógica e contínua. A ação-reflexão (FREIRE, 1981, 2000; LIMA, 2016) compõe o processo formativo de conscientização; dela o sujeito transpõe à consciência ingênua, à consciência crítica. Na escuta atenta, pela ação-reflexão-ação, novas ações são produzidas. Capturamos o conceito de conscientização (FREIRE, 1981, 2000; LIMA, 2016) do pensar certo para que a leitura da realidade seja destituída de superficialidade. A conscientização torna-se premente para que os sujeitos exerçam uma análise crítica sobre a realidade. Pelos conceitos freireanos, estabelecemos imbricamentos com a Educação ao Longo da Vida. Freire nos diz que “não é possível ser gente senão por meio de práticas educativas. Esse processo de formação perdura ao longo da vida toda, o homem não para de educar-se, sua formação é permanente e se funda na dialética entre teoria e prática” (FREIRE, 2000, p.40). Propala do inacabamento humano e do processo de aprendizagem como essenciais para a sobrevivência. Educamo-nos ao longo de toda a vida: em todos os cantos (PADILHA, 2007). Pela educação podemos superar o nosso inacabamento e incompletude. A matriz da Educação ao Longo da Vida é a Educação Permanente (GADOTTI, 1979), e essa, sob o prisma da Educação Popular reflete a vida como o aporte da educação. Uma educação, para além do processo formal, burocrático e cartorário, que revela à vida cotidiana, o trabalho e à cultura (FREIRE, 1981).

DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo organizou-se pelo viés qualitativo (GODOY, 1995) em que o fenômeno pode ser depreendido no contexto em que ocorre e se insere. Optamos por uma análise documental por trazer contribuições importantes nos estudos da EJA e na Educação ao Longo da Vida. Os documentos são considerados importantes fontes

de dados para outros tipos de pesquisas. Considerados primários, quando produzidos por sujeitos que vivenciaram diretamente o fato em estudo; ou secundários, quando coletados por sujeitos que não estavam presentes na ocorrência. Bailey (1982) declara que a análise documental se mostra profícua na pesquisa qualitativa.

DA ANÁLISE

Notamos na análise que a EJA, no Brasil, passa por esvaziamento de políticas públicas específicas e isto tem aumentado o hiato entre a EJA e a Educação ao Longo da Vida. Espaços ociosos não se voltam para a comunidade de jovens e adultos numa perspectiva de torná-los, efetivamente, territórios educativos (ARROYO, 2012). O que ocorre é a implementação da lógica do mais do mesmo em que à reboque de uma matriz curricular engessada e horários hermeticamente fechados engendram a aceitação ou a insurreição daqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria. As insurreições são comunicadas por representações recorrentes como depredações, indisciplina, fugas e por fim, desistências. As políticas educacionais voltadas para a EJA foram consideradas apenas paliativas, quando, em situações pontuais, inexisteram do cenário brasileiro, configurando o total descaso dos governantes. Neste processo as relações de trabalho permeadas engendraram a coisificação, a subserviência e a cidadania de 2ª ordem (BUFFA; ARROYO; NOSELLA, 1995): o alijamento para o silenciar das vozes. Na atualidade a Educação Básica dos 4 aos 17 anos, obrigatória no Brasil, percebe contrapartida em termos de políticas de financiamento. Pela Lei Federal 13.005/2014 (BRASIL, 2014), o Plano Nacional de Educação – PNE traz consigo metas em que a EJA é destacada. Vejamos:

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Torna-se premente políticas de financiamento da EJA para que a modalidade seja abarcada indistintamente (nas séries iniciais ou finais do ensino fundamental, médio ou profissionalizante) e imbricada à Educação ao Longo da Vida objetivando incluir aqueles que não tiveram acesso à educação. Freire (1981, 2000) nos ajuda a pensar que pelo inacabamento – a história não foi e nem será – a história está sendo, pois

está em construção. Por estar em construção é possível propalar novas pronúncias promovendo as necessárias mudanças no mundo. Assim:

Brechas que nos ajudem a pensar na possibilidade de uma educação que dê significado às possibilidades de mudança social, em que se ressalte o papel central da educação como prática social, como ação que tenha sentido e que dê sentido ao mundo (ABDALLA; VILLAS BOAS, 2018, p. 32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização pensada e ofertada na EJA não mais atende a educação ansiada pelos estudantes, pois distancia-se do pensado, do dito e do efetivamente praticado. Urge uma educação que considere as relações e as vivências do ser humano, ressignificando os tempos e os espaços de aprendizagem concorrendo para que o dominado domine os saberes que o dominador domina (SAVIANI, 1996, 2003). A escola tem o compromisso de conferir vez e voz aos sujeitos com vistas à transformação do mundo. Assim, a escola pública é local de trabalho onde são realizadas as passagens (SILVA JÚNIOR, 1993). Estas permeiam a dialogicidade, a ação-reflexão e a conscientização na reconfiguração da produtividade da escola. Espaço em que a ação-reflexão-ação conduz à elevação cultural dos que a procuram, superando também, os processos de alienação, permeados no capitalismo. Entendemos, por MCLAREN (1997), que contrapor-se ao *status quo* significa correr riscos, porém todo o risco é válido quando, como agentes de transformação e de esperança, sentimos e entendemos a alienação do mundo, encontrando vontade, propósito e compreensão na superação. Defendemos uma política de EJA consubstanciada à Educação ao Longo da Vida com acesso a todas as possibilidades de apropriação do conhecimento em espaços e tempos diversos, pois a educação continua sendo a blindagem necessária contra os processos de alienação rumo à emancipação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa; VILLAS BOAS, L. . Um olhar psicossocial para a educação. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 48, n. 167, p. 14-41, jan./marc. 2018

ARROYO, Miguel Gonzalez. O direito a tempos-espaços de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos espaços educativos**. Porto Alegre: Penso Editora, p. 33-45, 2012.

BAILEY, K. D. **Methods of social research**. 2. ed. New York: Free Press, 1982.

BALL, Stephen J. Reformar escolas, reformar professores e os terrores da performatividade. In: **Revista Portuguesa de Educação**, año/vol. 15, n. 02. Universidade do Minho: Braga, Portugal, p. 3-23, 2002.

BRASIL. Constituição (1934) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. **Lei no 4.024, 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 20 dez. 1961.

BRASIL. **Lei no 5.692, 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 ago. 1971

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Leis ordinárias. Brasília: Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil/ Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, 1996.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. – Brasília : MEC, 2016.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 5.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. **A memorandum on lifelong learning**. Lissabon. 2000.

CUNHA, Conceição Maria da. Introdução – discutindo conceitos básicos. In: SEEDMEC Salto para o futuro – **Educação de jovens e adultos**. Brasília, 1999.

FREIRE, Paulo, 1981. Ideologia e educação: reflexão sobre a não neutralidade da educação. In: GADOTTI, Moacir. **A educação contra a educação: o esquecimento da educação através da educação permanente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, pp. 15-19.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir. **A educação contra a Educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

LIMA, Joelma Silveira Goularte de. Percepções de professores do fundamental II sobre sua formação e atuação. **Dissertação** (Defesa) Mestrado em Educação: UNISANTOS, 2016

MCLAREN, Peter. **A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação**. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MEC. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos - VI CONFINTEA**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

PADILHA, Paulo Roberto. **Educar em todos os cantos: reflexões e canções por uma Educação intertranscultural**. São Paulo: Instituto Paulo Freire/Cortez, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 12.ed. Campinas: Autores

Associados, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. **A Escola Pública como local de trabalho**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-463-4



9 788572 474634